

CONCURSO PÚBLICO

017. PROVA OBJETIVA

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA: JUDICIÁRIA | ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e discursiva é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia a charge para responder às questões de números 01 e 02.



(Chargista Ricardo Manhães. <https://ndmais.com.br/opiniaio/charges>, 31.03.2023)

01. O diálogo entre os mosquitos permite concluir corretamente que

- (A) a dengue é um problema que eles preferem ignorar por ora.
- (B) os casos confirmados negam de fato o avanço da dengue.
- (C) o avanço da dengue é fato inconteste e pode recrudescer.
- (D) a disseminação da dengue é algo em que eles não creem.
- (E) as medidas de combate à dengue deixam-nos aprensivos.

02. Na frase – E se bobear chega a mil facinho! –, a palavra “se” tem o mesmo emprego que a destacada em:

- (A) Muitos focos da dengue foram eliminados em vários bairros da cidade, encontrando-se os mosquitos em locais onde pensavam que eles não estariam.
- (B) O combate à dengue dependerá de todos, se houver empenho para exterminar o mosquito, que facilmente prolifera nos locais onde há água parada.
- (C) O agente de saúde visitou as casas e queria saber se as famílias estavam tomando todas as precauções necessárias para combater a dengue.
- (D) Os moradores do local resolveram ajudar no combate à dengue e se puseram a procurar os focos do mosquito, eliminando-os o mais rápido possível.
- (E) A população prometeu acabar com a dengue no bairro e, depois de muita ação contra os focos da doença, alcançaram seu objetivo e se abraçaram felizes.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 07.

Dengue prevista

A dengue é uma doença periódica e cíclica: os casos crescem no verão e há picos epidêmicos a cada 4 ou 5 anos. Trata-se, portanto, de enfermidade de atuação previsível. Supõe-se que o poder público se adiantaria com medidas de prevenção e tratamento. Contudo, há décadas os números de casos e mortes só aumentam no Brasil.

Entre 2000 e 2010, foram registrados 4,5 milhões de ocorrências e 1.869 óbitos. Na década seguinte, os números saltaram para 9,5 milhões e 5.385, respectivamente. O primeiro semestre deste ano registra 1,4 milhão de casos, ante 1,5 milhão em 2022. A tendência é piorar.

Segundo a OMS, urbanização descontrolada e sistema sanitário precário contribuem para o descontrole da moléstia.

No Brasil, cerca de 50% da população não tem acesso a redes de esgoto, em grande parte devido à ineficiência estatal, que só agora começa a mudar com o novo marco do setor. E o desmatamento para a construção de moradias irregulares grassa nos grandes centros. A dimensão de áreas verdes derrubadas para esse fim na cidade de São Paulo atingiu, nos primeiros dois meses de 2023, 85 hectares.

Neste ano, o município já conta com 11444 casos de dengue – 3,7% a mais em relação ao mesmo período de 2022. Dez pessoas morreram, o maior número em oito anos, quando houve pico epidêmico.

A OMS ressaltou a importância da vacinação. Mas, devido à burocracia, o Brasil protela a distribuição do imunizante japonês Qdenga – já aprovado para venda pela Anvisa – no sistema público de saúde.

O combate à dengue deve ser contínuo, não apenas no verão, e em várias frentes complementares (saúde, infraestrutura e moradia). Com o alerta da OMS, espera-se que o poder público, local e federal, se prepare para receber as consequências do fenômeno climático El Niño.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 27.07.2023. Adaptado)

03. O editorial enfatiza que o aumento dos casos de dengue é

- (A) sazonal, dispensando atenção sistemática das instâncias governamentais, uma vez que os picos epidêmicos têm sido satisfatoriamente controlados.
- (B) desesperador, aumentando a insegurança da população que se vê acuada nos picos epidêmicos da doença, mesmo com prevenção e tratamento.
- (C) esperado, configurando um problema de saúde pública que deve ser combatido por meio de frentes complementares orquestradas pelo poder público.
- (D) improvável, o que dispensa o poder público de organizar os mecanismos de prevenção, como a vacinação da população com o imunizante japonês Qdenga.
- (E) insignificante, uma vez que as consequências do El Niño para a população não afetam o sistema de saúde, a infraestrutura e a moradia do país.

04. Considere as passagens:

- E o desmatamento para a construção de moradias irregulares **grassa** nos grandes centros. (4º parágrafo)
- ... o Brasil **protela** a distribuição do imunizante japonês Qdenga... (6º parágrafo)
- O combate à dengue deve ser **contínuo**... (7º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) propaga-se; posterga; ininterrupto.
- (B) combate-se; cancela; intermitente.
- (C) difunde-se; prioriza; infrequente.
- (D) espalha-se; acelera; interminável.
- (E) amplia-se; retarda; irregular.

05. Na passagem do primeiro parágrafo do texto – **Supõe-se que o poder público se adiantaria com medidas de prevenção e tratamento**. Contudo, há décadas os números de casos e mortes só aumentam no Brasil. –, o trecho destacado e o trecho posterior expressam, correta e respectivamente, sentidos de

- (A) contestação e concessão.
- (B) hipótese e comparação.
- (C) afirmação e explicação.
- (D) hipótese e adversidade.
- (E) afirmação e conclusão.

06. A reescrita de informações do texto em que se atende à norma-padrão de concordância verbal é:

- (A) São Paulo é um desses grandes centros que convivem com o desmatamento para a construção de moradias.
- (B) Aumenta-se, no verão, os casos de dengue e constata-se picos epidêmicos a cada 4 ou 5 anos.
- (C) Há picos epidêmicos da dengue a cada 4 ou 5 anos. Tratam-se, portanto, de situações de atuação previsível.
- (D) Segundo a OMS, devem-se à urbanização descontrolada e ao sistema sanitário precário o descontrole da moléstia.
- (E) Ocorre a cada 4 ou 5 anos os picos epidêmicos da dengue, por isso é enfermidade de atuação previsível.

07. No trecho do primeiro parágrafo – A dengue é uma doença periódica e cíclica: os casos crescem no verão e há picos epidêmicos a cada 4 ou 5 anos. Trata-se, portanto, de enfermidade de atuação previsível. –, os dois-pontos e as vírgulas são empregados, correta e respectivamente, para sinalizar

- (A) a inclusão de um contra-argumento; separar conjunção condicional.
- (B) a retificação de uma informação; separar aposto explicativo.
- (C) o resumo das informações precedentes; separar expressão adverbial.
- (D) a inclusão de informação nova; separar oração intercalada.
- (E) o detalhamento de uma informação; separar conjunção conclusiva.

Leia o texto para responder às questões de números 08 a 10.

Minha empregada, Mme. Thérèse, que já ia se conformando em ser chamada de dona Teresa, caiu doente. Mandou-me um bilhete com a letra meio trêmula, falando em reumatismo. Dias depois apareceu, mas magra, mais pálida e menor; explicou-me que tudo fora consequência de uma corrente de ar. Que meu apartamento tem um *courant d'air* terrível, de tal modo que, _____, chegando em casa, nem teve coragem de tirar a roupa, caiu na cama. “Dói-me o corpo inteiro, senhor; o corpo inteiro.”

O mesmo caso, ajuntou, houve cerca de 15 anos atrás, quando trabalhava em um apartamento que tinha uma corrente de ar exatamente igual _____ essa de que hoje sou sublocatário. Fez uma pausa. Fungou. Contou o dinheiro que eu lhe entregava, agradeceu _____ dispensa do troco. Foi lá dentro apanhar umas pobres coisas que deixara. Entregou-me a chave, fez qualquer observação sobre o aquecedor _____ gás – e depois, no lugar de sair _____ rua, deixou-se ficar imóvel e calada, de pé, em minha frente.

(Rubem Braga, “Dona Teresa”. 200 crônicas escolhidas. Adaptado)

08. Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) aquela tarde ... a ... a ... à ... à
- (B) àquela tarde ... a ... a ... a ... à
- (C) àquela tarde ... à ... à ... a ... a
- (D) aquela tarde ... à ... à ... à ... a
- (E) àquela tarde ... à ... a ... a ... à

09. Assinale a alternativa em que o primeiro termo destacado é um pronome com valor possessivo, e o segundo, um adjetivo.

- (A) Mandou-**me** um bilhete com a letra **meio** trêmula, falando em reumatismo.
- (B) Entregou-me a chave, fez **qualquer** observação **sobre** o aquecedor...
- (C) “Dói-**me** o corpo inteiro, senhor; o corpo **inteiro**.”
- (D) O **mesmo** caso, ajuntou, houve cerca de 15 anos **atrás**...
- (E) ... já ia **se** conformando em ser chamada de dona Teresa, caiu **doente**.

10. Nos enunciados reescritos a partir das informações do texto, a colocação pronominal e a regência atendem à norma-padrão em:

- (A) Quando voltou, Mme. Thérèse informou-me de que sua debilidade era proveniente de uma corrente de ar no meu apartamento.
- (B) Eu entreguei o dinheiro a dona Teresa, ela contou-o. Depois foi lá dentro apanhar umas pobres coisas que se esquecera.
- (C) Não fosse a corrente de ar que lhe acometera, Mme. Thérèse já teria-se conformado em ser chamada de dona Teresa.
- (D) Dona Teresa me contou que, há cerca de 15 anos atrás, tinha exposto-se em uma corrente de ar em um outro apartamento.
- (E) Dona Teresa certamente vira-se abalada com a corrente de ar, pois veio no meu apartamento magra, mais pálida e menor.

11. O preço unitário de venda de um produto, que era praticado em 2020, teve um único aumento, em 2021, de 10%. Em 2022, foi concedido, sobre o preço de venda reajustado em 2021, um único desconto de 5%.

É correto afirmar que o desconto concedido em 2022 correspondeu, do preço do produto que era praticado em 2020, a:

- (A) 5,0%
- (B) 6,0%
- (C) 6,5%
- (D) 5,5%
- (E) 4,5%

12. Três terrenos retangulares, um ao lado outro, têm as laterais com a mesma medida. O primeiro terreno tem a medida de frente correspondente a 3 m a menos que metade da medida lateral; o segundo terreno tem medida de frente correspondente à quinta parte da medida lateral; e o terceiro terreno tem 9 m a mais de frente que tem o segundo terreno.

Sabendo-se que a média aritmética simples das áreas dos três terrenos é 850 m^2 , a medida da frente do primeiro terreno é de

- (A) 21 m.
- (B) 19 m.
- (C) 20 m.
- (D) 18 m.
- (E) 22 m.

13. Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- I. Se o evento é hoje, então descansei ontem.
- II. O evento não é hoje ou amanhã vou descansar.
- III. Ou estudo hoje ou não descansarei amanhã.
- IV. Não descansarei amanhã.

Uma conclusão verdadeira que se pode extrair das informações apresentadas é:

- (A) Não descansei hoje.
- (B) Não estudo hoje.
- (C) O evento é hoje.
- (D) Estudo hoje.
- (E) Descansei ontem.

14. Considere a seguinte afirmação: "Existe, pelo menos, um candidato que, se ele não dormiu bem à noite, então não foi aprovado no concurso."

Uma negação lógica para a afirmação apresentada é:

- (A) Todos os candidatos não dormiram bem à noite e foram aprovados no concurso.
- (B) Existe candidato que, se foi aprovado no concurso, então dormiu bem à noite.
- (C) Não existe candidato que não dormiu bem à noite e foi aprovado no concurso.
- (D) Existe mais de um candidato que, se ele não dormiu bem à noite, então não foi aprovado no concurso.
- (E) Todos os candidatos dormiram bem à noite e foram aprovados no concurso.

15. Uma senha de seis dígitos, todos numéricos, corresponde ao 10º elemento da seguinte sequência numérica:

2, 11, 47, 191, 767, 3071, ...

Considerando-se que a senha seja **mpqxyz**, em que **m**, **p**, **q**, **x**, **y**, **z** representam os algarismos dessa senha, o número que representa **y** é

- (A) 7.
- (B) 5.
- (C) 3.
- (D) 1.
- (E) 9.

16. Hermes é servidor público federal e, injustificadamente, recusou-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.112/90, no tocante às penalidades disciplinares cabíveis, é correto afirmar que Hermes está sujeito à

- (A) suspensão de até 15 (quinze) dias, sendo vedada a conversão da penalidade em multa.
- (B) suspensão de até 30 (trinta) dias, sendo vedada a conversão da penalidade em multa.
- (C) advertência e, não atendida a determinação pela segunda vez, multa de até 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração.
- (D) suspensão de até 15 (quinze) dias, mas, por conveniência do serviço, a penalidade poderá ser convertida em multa, ficando obrigado a permanecer em serviço.
- (E) advertência e, não atendida a determinação pela segunda vez, suspensão por até 30 (trinta) dias.

17. Simplício, no exercício de suas funções como servidor público, exigiu dolosamente de Tércio, um cidadão, taxa em valor superior ao devido por um serviço público prestado e, ainda, não recolheu aos cofres públicos a importância paga por Tercio, tendo desviado o dinheiro em proveito próprio.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto no Código Penal, é correto afirmar que Simplício cometeu o crime de

- (A) corrupção ativa.
- (B) excesso de exação e peculato.
- (C) peculato mediante erro de outrem.
- (D) peculato qualificado.
- (E) excesso de exação qualificado.

18. Considerando o disposto na Constituição Federal a respeito do Poder Judiciário e seus órgãos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, entre eles um quinto dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um quinto dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça.
- (B) Os Tribunais Regionais Federais terão em sua composição, além de advogados e membros do Ministério Público Federal, juízes federais, por meio de promoção, com mais de 10 (dez) anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (C) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados.
- (D) Com exceção das falências, dos acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho, aos juízes federais compete processar e julgar causas em que a União for autora, ré, assistente ou oponente e as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- (E) É da competência dos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os juízes federais da área de sua jurisdição, exceto os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 19.** Assinale a alternativa que está de acordo com a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, considerando os termos da Resolução CNJ nº 400/2021 no tocante ao Plano de Logística Sustentável (PLS).
- (A) O Balanço Socioambiental do Poder Judiciário passa a ser denominado Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e será elaborado e publicado, anualmente, pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com informações recebidas via PLS-Jud.
 - (B) O relatório de desempenho do PLS deve ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário e encaminhado ao órgão gestor do Supremo Tribunal Federal, por meio do PLS-Jud, até o dia 28 de fevereiro do ano posterior ao que se refere.
 - (C) A Presidência de cada tribunal do Poder Judiciário proporá a revisão do plano, que será promovida pela unidade de sustentabilidade com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada 2 (dois) anos.
 - (D) As aquisições e contratações efetuadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, salvo na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis utilizados na função jurisdicional.
 - (E) O PLS é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que objetivem um ambiente de trabalho sustentável e harmonioso aos servidores.
- 20.** No tocante ao tema da Gestão Estratégica do Poder Judiciário, a Resolução CNJ nº 325/2020 dispõe que a execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário é de responsabilidade de ministros, conselheiros, magistrados de primeiro e segundo graus, servidores e colaboradores do Poder Judiciário.
- E, nesse sentido, a Estratégia do Judiciário é executada de forma colaborativa e participativa sob a coordenação
- (A) dos Conselhos de Justiça.
 - (B) do Coordenador Geral de Assuntos Estratégicos do Poder Judiciário.
 - (C) do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.
 - (E) do Corregedor-Geral do Conselho Nacional de Justiça.

- 21.** Entre as fontes do direito tributário, há os chamados convênios de cooperação e os convênios de subordinação. Estes consistem especialmente em convênios previstos na Constituição para regular temas de interesse comum na coordenação dos Estados relativamente à cobrança do imposto estadual sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Em relação a estes convênios, é correto afirmar que:
- (A) condicionam a validade de leis estaduais que tratam dos assuntos que a Constituição Federal atribui a eles.
 - (B) estão formal e materialmente sujeitos à revogação por lei estadual posterior, devendo respeitar leis estaduais precedentes.
 - (C) podem ser alterados mediante tratamento distinto nas respectivas Constituições Estaduais, no âmbito de cada estado da Federação.
 - (D) têm a mesma tramitação dos tratados internacionais, mas no âmbito dos estados da Federação, devendo ser assinados pelo Poder Executivo e ratificados pelo Legislativo estadual.
 - (E) são constitucionalmente equivalentes às leis complementares, não sendo, porém, revogáveis por elas.

22. Uma das formas tradicionalmente utilizadas pela doutrina para classificar os tributos previstos na Constituição, consiste em separá-los segundo à sua origem e à sua destinação. Assim, haveria tributos que, em sua origem, estariam vinculados a uma atividade específica do estado e tributos que, no momento da sua cobrança, não teriam correlação direta com uma atividade estatal específica. Haveria também tributos que, em relação ao produto da arrecadação, teriam-no vinculado a fundos ou despesas específicas ou tributos cujo produto seria totalmente desvinculado, podendo ser utilizado livremente, conforme disposto na lei orçamentária.

Nesta linha de raciocínio, pode-se dizer que um exemplo de tributo que não possui correlação direta com atividade estatal específica na sua cobrança, mas que tem o produto da sua arrecadação vinculado, são os(as):

- (A) contribuições de melhoria.
- (B) contribuições sociais.
- (C) impostos seletivos.
- (D) impostos em geral.
- (E) taxas em razão do poder de polícia.

23. Conforme estabelece o Código Tributário Nacional, fato gerador e obrigação tributária são conceitos conexos, mas não idênticos.

Neste sentido, é correto afirmar que:

- (A) o fato gerador faz nascer o crédito tributário, independentemente do lançamento tributário tácito ou expresso.
- (B) o aspecto quantitativo do fato gerador corresponde à base de cálculo e à alíquota do tributo a ser cobrado.
- (C) as obrigações de natureza tributária, tal qual obrigações civis, admitem situações de solidariedade passiva.
- (D) o fato gerador corresponde à regra matriz de incidência tributária, podendo ser principal ou acessório.
- (E) o aspecto pessoal da obrigação corresponde à figura do contribuinte, entendido este como aquele que, com ou sem relação pessoal com o fato gerador, responde pelo pagamento.

24. A Entidade Espiritual da Luz Celestial (EELC), uma organização religiosa dedicada à prática da harmonia espiritual e ao culto à paz interior, tomou uma decisão para expandir suas atividades. Após deliberações, a entidade decidiu alugar um galpão industrial abandonado. Durante os três anos que duraram as intensas obras de renovação, a comunidade da EELC permaneceu animada e envolvida. Considerando-se uma entidade imune, a EELC não realizou, desde o aluguel do imóvel, qualquer pagamento à Prefeitura relativo ao imposto sobre propriedade territorial e predial urbana. Para manter todos informados sobre o progresso e criar uma atmosfera de expectativa, uma placa imponente foi afixada na entrada do galpão, exibindo orgulhosamente os dizeres: “Futuras Instalações do Culto A – O Caminho para a Paz Interior”. A placa serviu como um lembrete constante das metas da entidade e reforçou a crença de que o esforço e a paciência valeriam a pena no final. Finalmente, após três anos, a EELC completou a reforma do galpão. As portas do novo templo foram abertas em uma cerimônia emocionante. Entre os presentes na cerimônia de inauguração estava um auditor fiscal de tributos municipais, que, após o serviço religioso, fez a entrega à administração da entidade de notificação de lançamento e cobrança do IPTU relativo aos anos em que o imóvel permaneceu em reforma.

A respeito da situação hipotética apresentada, é correto afirmar, com base na Constituição Federal, que:

- (A) o não pagamento da dívida pela EELC estava justificado não apenas pela sua condição de entidade imune, mas também pela sua condição de mera locatária do imóvel, a quem não pode ser estendida a responsabilidade tributária.
- (B) as entidades religiosas são imunes em relação a quaisquer tributos no âmbito municipal, estadual ou federal, de forma que o não pagamento do imposto municipal sobre propriedade territorial e predial urbana estava correto.
- (C) a imunidade existente em relação ao imposto sobre propriedade territorial e predial urbana de imóveis locados por templos de qualquer culto não abrange imóveis que não estejam sendo utilizados para fins religiosos, como na situação descrita.
- (D) a fixação da placa pela entidade religiosa em imóvel de terceiro, sinalizando que no local funcionaria, após a conclusão das obras de engenharia civil, um templo religioso, era suficiente para fazer incidir a imunidade tributária de templos de qualquer culto.
- (E) o auditor fiscal violou a liberdade de culto e o sentimento religioso dos frequentadores do templo ao comparecer a um evento público de inauguração para fins de notificação da dívida tributária.

25. Suponha que a legislação comercial estabeleça que são confidenciais, pertencendo exclusivamente à sociedade empresária, livros contábeis por ela escriturados. Neste cenário, assinale a alternativa correta, considerando um auditor fiscal, no curso de fiscalização tributária, solicitando cópia dos referidos livros contábeis, de modo a confrontar as informações neles contidas com as informações declaradas ao Fisco.
- (A) Tal solicitação deverá ser considerada ilegal, não devendo ser atendida de nenhum modo pela administração da empresa, sob pena de responder legalmente pelos prejuízos perante os sócios da sociedade.
 - (B) Perderá imediatamente, para todos os efeitos, o caráter de sigilosa a informação contida na documentação contábil a ser apresentada, podendo ser utilizada livremente pelo auditor fiscal, inclusive em relação a fatos não relacionados à fiscalização.
 - (C) Tal solicitação apenas poderá ser atendida se precedida de autorização judicial, a ser concedida após processo judicial de exibição de documentos, a ser manejado pela Fazenda Pública por intermédio da competente Procuradoria.
 - (D) Deverá ser dada aplicação à legislação comercial, em detrimento da legislação tributária, posto que a atividade de lançamento tributário se apresenta como atividade plenamente vinculada, sujeitando-se à estrita legalidade.
 - (E) A solicitação estará em conformidade com o Código Tributário Nacional, que determina que, para fins tributários, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais.
26. A respeito dos aspectos constitucionais da Previdência Social, é correto afirmar que
- (A) de acordo com a Constituição Federal, para fins previdenciários, o concubinato se equipara à união estável.
 - (B) a desaposentação não tem amparo expresso na Constituição Federal e a sua não adoção não representa uma violação ao princípio da vedação ao enriquecimento sem causa.
 - (C) a Constituição Federal autoriza a extensão de benefício social, não previsto em lei, para atender o princípio constitucional da isonomia, desde que demonstrada a fonte de seu custeio.
 - (D) o Texto Constitucional determina que haja revisão de benefício previdenciário pelo valor nominal do salário-mínimo.
 - (E) a Constituição Federal autoriza a adesão ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
27. Considere que Maria era casada com João, que infelizmente veio a falecer em acidente automobilístico. João gozava de duas aposentadorias obtidas no Regime Próprio de Previdência Social, enquanto Maria recebe uma aposentadoria obtida no Regime Geral de Previdência Social. A respeito da possibilidade ou não de cumulação de aposentadorias e pensões, nos termos da Emenda Constitucional nº 103/2019, é correto afirmar que Maria
- (A) não poderá receber pensão de João, pois a EC vedou a cumulação dos benefícios.
 - (B) receberá de forma integral e cumulativa a sua aposentadoria e as duas pensões por morte.
 - (C) continuará recebendo a sua aposentadoria e deverá optar por uma pensão por morte, decorrente das aposentadorias de João.
 - (D) somente poderia perceber as pensões por morte caso João fosse militar.
 - (E) poderá perceber as pensões de forma cumulada caso decorram de cargos acumuláveis em atividade.

28. A respeito das espécies de benefícios, com base no Decreto nº 3.048/99, assinale a alternativa correta.

- (A) É autorizada a conversão de tempo de serviço de magistério, exercido em qualquer época, em tempo de serviço comum.
- (B) A aposentadoria por idade do trabalhador rural somente será devida se, na oportunidade do requerimento da aposentadoria, o segurado se enquadrar como trabalhador rural.
- (C) O salário-maternidade, em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, será concedido à segurada no valor correspondente a quatro semanas.
- (D) Será devido auxílio por incapacidade temporária, independentemente do cumprimento de período de carência, aos segurados obrigatório e facultativo quando sofrerem acidente de qualquer natureza.
- (E) A aposentadoria especial não poderá ser concedida ao trabalhador avulso e ao contribuinte individual.

29. A respeito do regime de previdência complementar dos servidores públicos federais, com base na Lei nº 12.618/12, é correto afirmar que

- (A) o custeio da entidade de previdência complementar caberá ao patrocinador, sendo vedada a cobrança de taxa de administração dos servidores públicos.
- (B) os servidores que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar não poderão aderir ao seu regime.
- (C) a concessão dos benefícios decorrente de invalidez aos participantes ou assistidos pela entidade fechada de previdência social é condicionada à concessão do benefício pelo regime próprio de previdência social.
- (D) fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição e a restituição integral, em sessenta dias, das contribuições vertidas.
- (E) não poderá permanecer filiado aos respectivos planos de benefícios o participante afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, sem recebimento de remuneração.

30. De acordo com a Lei nº 8.213/91, independe de carência a concessão de

- (A) auxílio-acidente.
- (B) auxílio-doença.
- (C) aposentadoria especial.
- (D) aposentadoria por invalidez.
- (E) auxílio-reclusão.

31. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, constitui uma das funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, a

- (A) promoção, com exclusividade, da ação penal privada.
- (B) representação judicial de entidades públicas.
- (C) defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.
- (D) consultoria jurídica de entidades públicas.
- (E) instauração do inquérito policial e a promoção de ação popular para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

32. Dispõe a Constituição da República, artigo 5º, LXXIII: “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.”

A Lei nº 4.717/1965 – Lei da Ação Popular, recepcionada pela ordem constitucional de 1988, considera nulos os atos lesivos ao patrimônio público, quando constatada a incompetência, o vício de forma, a ilegalidade do objeto, a inexistência dos motivos ou o desvio de finalidade.

Assinale a alternativa que contempla a conceituação legal correta de um dos casos de nulidade.

- (A) A inexistência dos motivos fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- (B) O vício de forma ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
- (C) A ilegalidade do objeto consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- (D) A incompetência se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- (E) O desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

33. Sobre as comissões parlamentares de inquérito, é correto afirmar que

- (A) possuem apenas os poderes de investigação próprios das autoridades policiais.
- (B) suas conclusões, se for o caso, deverão ser encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (C) podem ser criadas pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, separadamente, mediante requerimento da maioria simples de seus membros.
- (D) são destinadas à apuração de fato circunstanciado e por prazo indeterminado.
- (E) não podem ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, conjuntamente, mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros.

34. Entende-se, por competência legislativa, o poder conferido pela Constituição aos entes federativos, para elaboração de leis.

Diante do exposto, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre

- (A) normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.
- (B) proteção da infância e da juventude.
- (C) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- (D) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- (E) previdência social, proteção e defesa da saúde.

35. Paulo, militar do Exército Brasileiro, é adido militar da embaixada brasileira na China. Casado com Joana, também brasileira, de profissão prendas domésticas, tiveram um filho chamado Antônio, nascido na China.

Conforme previsão constitucional quanto à nacionalidade, Antônio é

- (A) chinês nato.
- (B) brasileiro naturalizado.
- (C) chinês naturalizado.
- (D) brasileiro nato.
- (E) apátrida.

36. A modalidade de extinção do ato administrativo perfeito, com eficácia *ex nunc*, praticada pela Administração Pública, diante de ausência de condição necessária à permanência da situação jurídica anterior, é denominada

- (A) Conversão.
- (B) Cassação.
- (C) Anulação.
- (D) Revogação.
- (E) Convalidação.

37. Nos termos da Lei nº 8.987/1995 – Concessão e Permissão de Serviços Públicos –, é correto afirmar que

- (A) se trata de concessão de serviço público a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- (B) se trata de permissão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- (C) a concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, prescindível observar o edital de licitação.
- (D) as concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, sem a cooperação dos usuários.
- (E) O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

38. *Leading Case*: 14 de novembro de 1956. A viúva de um funcionário público alemão mudou-se de Berlim Oriental para Berlim Ocidental, em virtude de promessa de concessão de determinado benefício previdenciário pela Administração. Após receber a vantagem por certo período, tal benefício foi descontinuado, devido à constatação de que o ato de concessão teria sido assinado por autoridade incompetente. O Superior Tribunal Administrativo de Berlim, no entanto, considerou que determinado princípio do Direito Administrativo incidiria com mais força, de modo a afastar o vício de incompetência do ato de concessão.

Diante do exposto, é correto afirmar que o caso narrado se trata **especificamente** de

- (A) teoria da finalidade.
- (B) teoria do desvio de finalidade.
- (C) princípio da legalidade.
- (D) princípio da autotutela.
- (E) princípio da proteção à confiança legítima.

39. De acordo com a Lei nº 8.112/1990 – regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais – assinale a alternativa correta.

É facultado ao servidor

- (A) manter, sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- (B) aliciar subordinados a se filiarem a associação profissional, exceto se se trata de sindicato da categoria a qual pertence o interessado.
- (C) requerer licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração, desde que seja ocupante de cargo efetivo e não esteja em estágio probatório.
- (D) recusar fé a documentos públicos.
- (E) promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.

40. A respeito do tema “bens públicos”, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens públicos podem ser objetos de usucapião.
- (B) São bens de uso comum do povo aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- (C) São bens dominicais: rios, mares, estradas, ruas e praças.
- (D) Os animais silvestres são bens da União.
- (E) Não são bens de uso especial os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

41. Acerca das associações, instituto previsto no Código Civil, é correto afirmar que

- (A) sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterà, dentre outros requisitos, os direitos e deveres dos associados.
- (B) se o estatuto não dispuser o contrário, a qualidade de associado é transmissível desde que previamente autorizada por 1/5 (um quinto) dos associados.
- (C) os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado ao estatuto instituir categorias com vantagens especiais.
- (D) a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados.
- (E) se constituem associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, havendo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

42. Miguel recebeu procuração de Joana para representá-la durante o período de seis meses em que ela ficará ausente do país. Durante o período, Miguel, como mandatário de Joana, perdoou dívida dela cujo devedor era sua esposa, Pietra. Diante da situação hipotética, de acordo com o disposto no Código Civil, o perdão da dívida é um negócio jurídico

- (A) nulo, em razão do excesso de poder caracterizado pelo conflito de interesses entre Miguel e Joana.
- (B) anulável, em razão do conflito de interesses entre Miguel e Joana, se tal fato era do conhecimento de Pietra.
- (C) anulável, com prazo decadencial de 2 (dois) anos.
- (D) nulo, com prazo prescricional de 2 (dois) anos.
- (E) válido, considerando que os poderes de representação de Miguel foram conferidos por mandato.

43. Uma relação de débito e crédito que vincula objeto e sujeitos determinados, mas que não é dotada de exigibilidade, é uma obrigação

- (A) disjuntiva.
- (B) de garantia.
- (C) civil.
- (D) de execução diferida.
- (E) imperfeita.

44. Matilde contratou um serviço de assinatura de queijos, pelo qual, mediante o pagamento de doze parcelas de R\$ 30,00 (trinta reais) para Berenice, receberia, mensalmente, uma cesta com cinco tipos de queijo. No contrato não estava prevista nenhuma hipótese de resolução, por nenhuma das partes, antes de decorrido 12 (doze) meses de contratação. Ocorre que, no quarto mês do contrato, uma bactéria altamente contagiosa contaminou toda a produção de queijo de Berenice, que, para manter as entregas, teve que importar os queijos, tornando o contrato excessivamente oneroso para ela. Diante da situação hipotética, trata-se de hipótese em que é possível
- (A) a resolução por onerosidade excessiva, sendo certo que, neste caso, os efeitos de uma eventual sentença que decretar a resolução do contrato serão *ex nunc*, desde a formação do contrato.
- (B) a exceção do contrato não cumprido requerida por Berenice, por se tratar de um contrato bilateral.
- (C) o pedido de resolução do contrato apenas por Matilde, cabendo indenização por perdas e danos.
- (D) o distrato, por meio do qual Berenice pode extinguir o contrato mediante a denúncia notificada à Matilde.
- (E) a modificação equitativa das condições do contrato ofertada por Matilde, para evitar a resolução.
45. É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas. Acerca do tema, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) A previsão de reajuste de mensalidade de plano de saúde em decorrência da mudança de faixa etária de segurado idoso configura cláusula abusiva.
- (B) A possibilidade de pagamento das custas processuais ao final do processo aplica-se somente às ações referentes a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos.
- (C) O estatuto do idoso tem aplicação imediata sobre todas as relações jurídicas de trato sucessivo, desde que firmadas após a sua vigência.
- (D) A intervenção do Ministério Público nas ações que envolvam o interesse do idoso é obrigatória; o simples fato de a relação jurídico-processual conter pessoa idosa denota parâmetro suficiente para caracterizar a relevância social a exigir a intervenção do ministério público.
- (E) A gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos engloba linha de ônibus especial, que circula nos principais pontos turísticos da cidade, mesmo quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
46. Regina e Roberto moravam na cidade de Campo Limpo, casaram-se e tiveram um filho chamado Pedro. Em janeiro de 2021, decidiram se divorciar e, após o divórcio, Pedro, com cinco anos de idade, representado por sua mãe, propôs ação de alimentos em face de seu pai. A ação foi julgada procedente, condenando Roberto ao pagamento mensal de um salário mínimo. Em 2023, Roberto, em razão de uma proposta de emprego no qual receberia o dobro do salário, mudou-se para a cidade de Campos e Regina e Pedro para a cidade de Pontes, na qual o custo de vida era mais alto. Diante das alterações fáticas, Pedro, representado por sua mãe, decidiu propor uma ação revisional de alimentos. Diante da situação hipotética e considerando o disposto no Código de Processo Civil e o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a ação revisional
- (A) deverá ser proposta na cidade de Campo Limpo, em razão do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*.
- (B) deverá ser proposta na cidade de Campos, por ser o novo domicílio de Roberto.
- (C) será julgada improcedente, uma vez que o pedido de revisão de alimentos deveria ser feito na própria ação originária.
- (D) deverá ser proposta na cidade de Pontes, por ser o novo domicílio de Pedro.
- (E) poderá ser proposta em qualquer das comarcas, ficando a critério de Pedro.
47. No que diz respeito à distribuição e registro dos processos, assinale a alternativa correta.
- (A) A distribuição, que poderá ser eletrônica, será alternada e aleatória, obedecendo-se rigorosa igualdade.
- (B) Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 5 (cinco) dias.
- (C) Todos os processos estão sujeitos a registro e distribuição.
- (D) A distribuição poderá ser fiscalizada pela parte, por seu procurador, por terceiros e pelo Ministério Público.
- (E) A lista de distribuição dos processos deverá ser publicada no Diário de Justiça, na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça.

48. Quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, será concedida tutela
- (A) antecipada em caráter antecedente.
 (B) cautelar em caráter antecedente.
 (C) de urgência.
 (D) da evidência.
 (E) antecipada em caráter incidental.
49. No que diz respeito à suspensão do processo, assinale a alternativa correta.
- (A) A suspensão do processo será própria quando for determinada pelo juiz.
 (B) Se houver acordo entre as partes para o requerimento do sobrestamento do feito, não há necessidade de chancela do magistrado.
 (C) O pedido de suspensão processual não poderá ser indeferido pelo juiz.
 (D) A suspensão do processo será imprópria quando a paralisação for total, com absoluta impossibilidade de se praticarem os atos do procedimento.
 (E) A decisão do magistrado que defere a suspensão do processo tem natureza declaratória, operando efeitos *ex nunc*.
50. Pedro é um segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que teve seu pedido de concessão de aposentadoria por idade negado administrativamente. Ele alega que cumpriu todos os requisitos necessários para a concessão do benefício e decidiu ingressar com uma ação no Juizado Especial Federal. De acordo com o caso hipotético, assinale a alternativa correta.
- (A) Pedro poderá designar, por escrito, representantes para a causa, advogados ou não.
 (B) O Juizado Especial Federal não é competente para julgar a ação uma vez que não se incluem na competência do Juizado Especial Federal as causas para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal.
 (C) O INSS deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de instrução e julgamento.
 (D) Pedro somente poderá receber os valores relativos à sua aposentadoria se, julgada procedente a ação, ela for confirmada em sede de reexame necessário.
 (E) O Juizado Especial Federal não é competente para julgar a ação uma vez que pode ser parte, como ré, apenas a União e não suas autarquias e fundações.
51. Aplica-se a lei penal brasileira a fatos ocorridos no interior de aeronaves brasileiras de natureza pública, onde quer que se encontrem. Também se aplica a lei penal brasileira a fatos ocorridos no interior de
- (A) aeronaves brasileiras mercantes, onde quer que se encontrem, desde que a vítima seja brasileira.
 (B) aeronaves brasileiras mercantes, onde quer que se encontrem, contra qualquer vítima.
 (C) aeronaves brasileiras de propriedade privada, sobrevoando território estrangeiro.
 (D) embarcações brasileiras mercantes, ancoradas em porto estrangeiro.
 (E) embarcações brasileiras de propriedade privada, que estejam em alto-mar.
52. As regras gerais do Código Penal, nos termos de seu art. 12,
- (A) aplicam-se, apenas, aos fatos incriminados no Código Penal ou leis especiais que assim expressamente prevejam.
 (B) aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.
 (C) não se aplicam a fatos incriminados por lei especial se a vigência do Código for posterior à da Lei.
 (D) não se aplicam a fatos incriminados por lei especial se a vigência do Código for anterior à da Lei.
 (E) tem primazia sobre as regras de lei especial, quando esta dispuser de modo diverso.
53. Julius está sendo processado pelo crime de latrocínio circunstanciado pelo resultado morte (CP, art. 157, §3º, II). Em sua defesa, alega que o falecimento da vítima ocorreu sem dolo de sua parte, confessando, contudo, que o resultado morte adveio de sua conduta culposa, pois, durante a ação de subtração, o projétil de arma de fogo que matou a vítima fora por si disparado, imprudentemente. Nesse caso, é correto afirmar:
- (A) na ausência de dolo, não se pode aplicar a causa de aumento, pois houve concurso formal de crimes, quais sejam, furto, ameaça e homicídio culposo.
 (B) aplica-se aumento de pena pelo resultado, pois também é criminalmente típica a conduta preterdolosa.
 (C) aplica-se a figura qualificada pela ocorrência do resultado, ainda que este decorra de culpa.
 (D) não havendo previsão culposa para o latrocínio, não se pode aplicar a causa de aumento.
 (E) na ausência de dolo, não se pode aplicar a qualificadora, pois houve concurso formal de crimes, quais sejam, roubo simples e homicídio culposo.

- 54.** Configura-se o crime de advocacia administrativa se o funcionário, valendo-se dessa qualidade, patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública. Na hipótese de o interesse patrocinado ser legítimo,
- (A) afasta-se o dolo, punindo-se o agente na modalidade culposa.
 - (B) a configuração típica não se desnatura.
 - (C) a pena pode ser reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois-terços).
 - (D) o juiz pode deixar de aplicar a pena, se não houver prejuízo para a administração.
 - (E) o fato é atípico.
- 55.** É crime, definido na Lei nº 8.069/90, adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Contudo, o tipo prevê conduta de menor desvalor, em que a pena é diminuída, quando
- (A) for pequena a quantidade do material.
 - (B) a identidade da criança ou do adolescente constante do material é preservada.
 - (C) o material tratar de simulação da participação de criança ou adolescente por meio de adulteração, montagem ou modificação.
 - (D) não há intuito de lucro.
 - (E) o adolescente é maior de 14 anos e consente com a prática.
- 56.** No que concerne ao regramento legal da audiência de custódia, é correto afirmar que
- (A) é facultativa a presença do membro do Ministério Público.
 - (B) verificando o juiz que o flagrante foi ilegal deverá relaxá-lo, vedada a imediata decretação da prisão preventiva.
 - (C) a autoridade que, sem motivação idônea, dá causa à sua não realização no prazo legal responderá administrativa e civilmente pela omissão, excluída qualquer reponsabilidade criminal.
 - (D) sua não realização no prazo legal sem motivação idônea enseja a ilegalidade da prisão, a ser relaxada pela autoridade competente.
 - (E) é facultativa sua realização, tendo em vista que se trata de um direito disponível do acusado.
- 57.** obsta o acordo de não persecução penal
- (A) confissão formal e circunstancial de crime que tenha pena de 1 (um) a 3 (três) anos de detenção.
 - (B) a existência de qualquer condenação por crime praticado no âmbito de violência doméstica ou familiar, mesmo que ultrapassado o período depurador da reincidência.
 - (C) a existência de infrações penais pretéritas, ainda que insignificantes.
 - (D) a ausência de reparação do dano ou restituição da coisa à vítima, mesmo que comprovada a impossibilidade do agente.
 - (E) ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração em transação penal ou suspensão condicional do processo.
- 58.** Faz coisa julgada no juízo cível ou impede a propositura da ação civil a sentença penal que
- (A) determinar o arquivamento do inquérito policial.
 - (B) absolver o acusado, decidindo que o fato imputado não constitui crime.
 - (C) absolver o acusado por não haver prova da existência do fato.
 - (D) absolver o acusado por ter sido o ato praticado em estado de necessidade.
 - (E) julgar extinta a punibilidade.

59. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por _____, portadora(s) _____, preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) 2 (duas) pessoas idôneas ... de diploma de curso superior
- (B) pessoa idônea ... de diploma de curso superior
- (C) pessoa ou empresa idônea ... de experiência comprovada
- (D) 2 (duas) pessoas idôneas ... de experiência comprovada
- (E) pessoa idônea ... de, no mínimo, grau técnico

60. No que concerne ao rito sumaríssimo, é correto afirmar que

- (A) a denúncia pode ser oralmente oferecida, com redução a termo.
- (B) quanto à interposição de apelação e apresentação de razões, seguem-se as regras e prazos do procedimento comum ordinário.
- (C) é vedada a condução coercitiva do autor dos fatos.
- (D) a resposta à acusação é peça que se exige seja apresentada por escrito.
- (E) a sentença deve conter o relatório, ainda que sucinto.